



FIESP CIESP

DEJUR - Departamento Jurídico

SPED
Sistema Público de Escrituração Digital
eSocial

Comitê da Cadeia Produtiva do Papel, Gráfica e Embalagem da
FIESP (COPAGREM)
02/12/2013

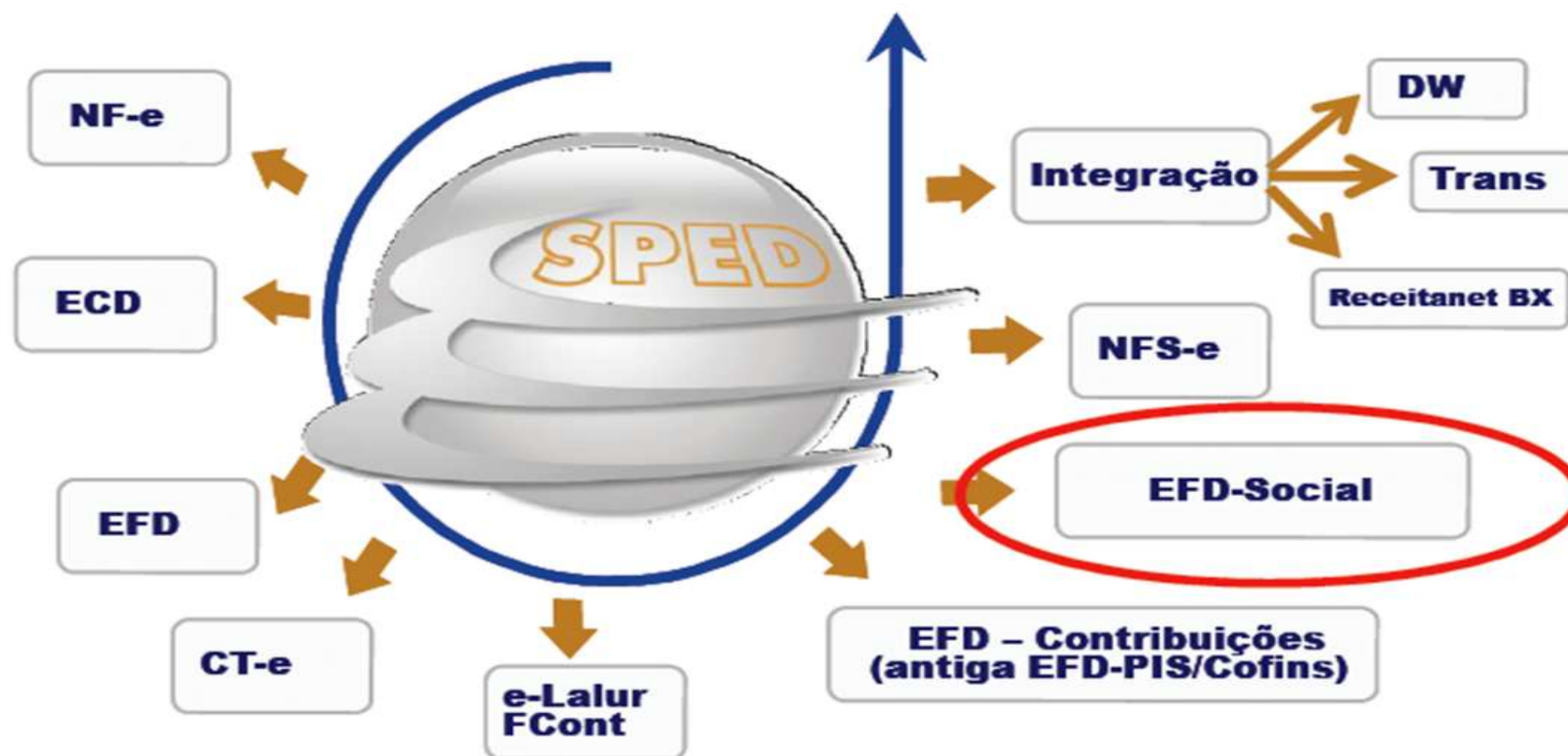
Sistema Público de Escrituração Digital

Instituído pelo Decreto nº 6.022/2007, o objetivo do SPED é **promover a integração dos fiscos federal, estaduais, do DF e, futuramente, municipais**, bem como dos demais Órgãos de Controle mediante a **padronização**, racionalização e **compartilhamento das informações fiscais digitais** para integrar todas as obrigações acessórias, com a substituição do atual documentário em papel por documento eletrônico único.

- **(Prestação Única da Informação, Fluxo Único e Gestão Compartilhada)**.

Todos os documentos eletrônicos são assinados digitalmente, com uso de **Certificados Digitais**, expedidos, em conformidade com as regras do ICP-Brasil, pelos representantes legais ou seus procuradores. O Certificado Digital assegura validade jurídica do arquivo eletrônico para todos os fins, nos termos dispostos na Medida Provisória nº 2200/2001.

Sistema Público de Escrituração Digital



A *EFD-Social ou eSocial* consiste na escrituração digital da folha de pagamento e das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas a todo e qualquer vínculo trabalhista contratado no Brasil. É um módulo no âmbito do SPED e se constitui em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes;

Objetivos:

- Simplificar o cumprimento das obrigações tributárias, por meio da otimização do volume de informações;
- Aumento da formalização do emprego;
- Inclusão previdenciária, melhorando a renda do trabalhador brasileiro;
- Redução do custo de administração dos empregadores;
- Evitar o desgaste e o aumento da possibilidade de erros.

Efeito “colateral”:

aumento da arrecadação em razão da redução da inadimplência, da incidência de erros, da sonegação e fraude.



Receita Federal

Secretaria da Receita Federal do Brasil
Ministério da Previdência Social
Ministério do Trabalho e Emprego
Instituto Nacional do Seguro Social
Caixa Econômica Federal



Legislação

Ato Declaratório Executivo Sufis nº 5, de 17 de julho de 2013, que aprova e divulga o **leiaute** do Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial.

Para os empregadores de maior porte está em desenvolvimento um módulo completo do eSocial.

Nesse módulo, as empresas deverão transmitir suas informações através de arquivos gerados em seus sistemas de informática, utilizando leiautes padronizados. Haverá integração direta entre o sistema informatizado do empregador e o ambiente nacional do eSocial para transmissão dos arquivos, sem necessidade de preenchimento de telas na internet ou de programas geradores de escrituração ou declaração.

Para utilização dessa opção, as empresas deverão possuir serviços web de conexão webservice.

Legislação

Os leiautes de arquivos estão sendo disponibilizados em versão inicial e sua divulgação tem caráter informativo aos setores da sociedade.

Será disponibilizado em breve ato normativo dos órgãos competentes que conterà as regras de obrigatoriedade para transmissão.

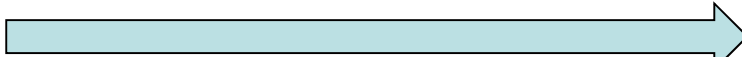

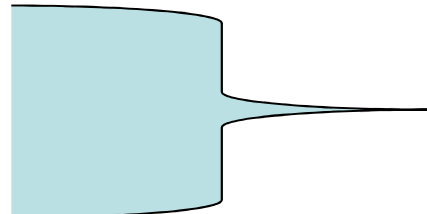
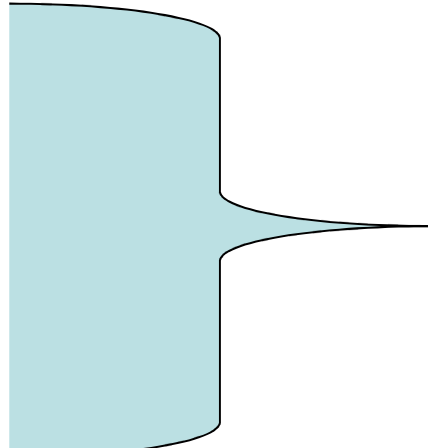
Obrigações acessórias a serem substituídas (80%):

- Livro registro de empregados
- Folha de pagamento
- GFIP
- RAIS
- CAGED
- DIRF
- CAT
- PPP
- MANAD
- TRCT



As informações de eventos trabalhistas serão transmitidas **na medida em que ocorrerem**, em arquivos individuais para cada evento e alimentarão uma base de dados denominada **Registro de Eventos Trabalhistas**, que representará o histórico laboral do trabalhador.

Alguns prazos possivelmente fixados quando da implantação:

- Admissão  Até o início da atividade
- CAT  Dia seguinte ao evento
- Afastamento temporário  Até dez dias da ocorrência
- Desligamento
- Alterações contratuais
- ASO
- Atividades desempenhadas
- Trabalho sem vínculo
- Reintegração
- Pagamento da remuneração
- Aquisição de estabilidade  Envio: folha da competência

Prazo das contribuições previdenciárias e do FGTS:

Serão **mantidos os prazos** para recolhimento das contribuições previdenciárias e para depósito do FGTS.

O recolhimento será feito através de **novo documento de arrecadação**, inspirado no DARF Simples, que centralizará as informações da GFIP e da GPS, sendo opcional um único DARF para todos os recolhimentos ou um para cada retenção efetuada, para comprovação posterior aos prestadores.

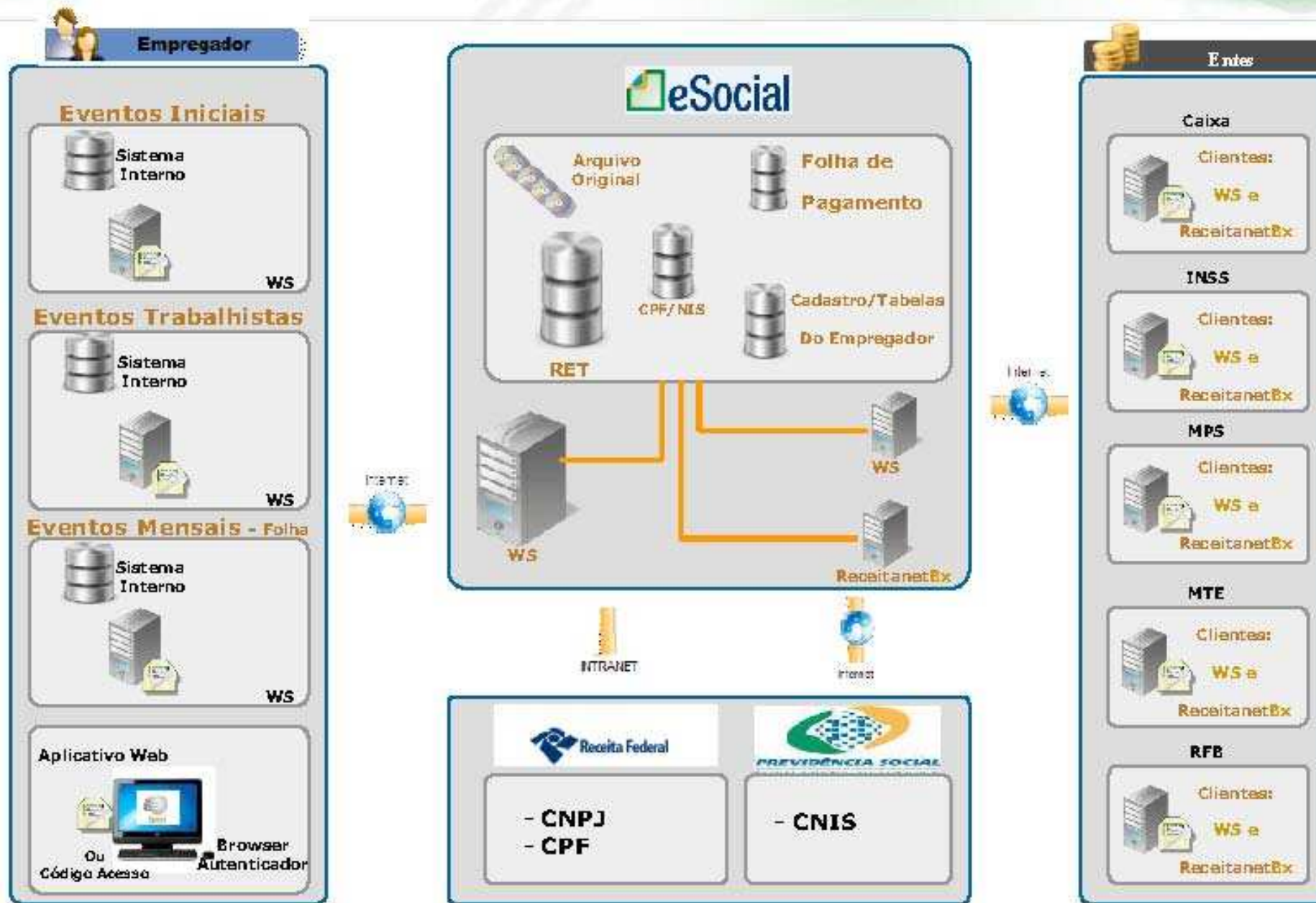
CEI – Cadastro Específico do INSS – Extinção:

O CEI será extinto.

Será criado o CNO – Cadastro Nacional de Obras e o CEPF – Cadastro de Empregadores Pessoas Físicas, para contribuintes individuais que tenham empregados.



Arquitetura eSocial



Interface WEB

- Módulo totalmente WEB
- Recuperação das informações dos meses anteriores e importador de XML;
- Linguagem menos técnica e mais didática
- Mensagens de orientação
- Identificação do tipo de contribuinte
- Validações em tempo de transmissão
- Ambientes separados para homologações e testes;
- Cópia de segurança a cada migração de versão e rotinas anuais.

Como será a entrega dos arquivos?

- ✓ Não existirá um arquivo único em formato texto da folha de pagamento;
- ✓ Os dados do contra cheque (remuneração) serão entregues no formato XML, como um evento;
- ✓ A distribuição dos dados para os Entes poderá ser:
 - Arquivo consolidado ou;
 - Arquivo geral – gerado pelo contribuinte

Tabelas:

As informações de natureza permanente serão armazenadas em tabelas em ambiente nacional do eSocial. Serão armazenadas em tabelas as seguintes informações:

Tabela 1	Categorias de trabalhadores
Tabela 2	Grau de Exposição a Agentes Nocivos
Tabela 3	Natureza das rubricas da folha de pagamento
Tabela 4	Códigos e alíquotas de Fpas / Terceiros
Tabela 5	Tipos de inscrição
Tabela 6	Classificação de serviços sujeitos a retenção de contribuição previdenciária
Tabela 7	Riscos operacionais específicos
Tabela 8	Classificação tributária
Tabela 9	Tipos de arquivo da e-Social
Tabela 10	Tipos de lotação
Tabela 11	Códigos x Siglas x Alíquotas de outras entidades e fundos
Tabela 12	Tipos de contribuição
Tabela 13	Parte do corpo atingida
Tabela 14	Agente causador do acidente de trabalho
Tabela 15	Agente causador / sit. ger. doença prof.
Tabela 16	Situação geradora do acidente de trabalho
Tabela 17	Descrição da natureza da lesão
Tabela 18	Motivos do afastamento
Tabela 19	Motivos de desligamento
Tabela 20	Tabelas de tipos de logradouros

Tabela de Resumo dos Registros

Tabela de Resumo dos Registros						
Reg.	Pai	Nível	Descrição	Ocor.	Chave	Condição
evtTabCargo		1	Evento Tabela de Cargos	1-1	-	O
infEvento	evtTabCargo	2	Informações do evento	1-1	idEvento	O
ideEvento	infEvento	3	Informações de Identificação do Evento	1-1	-	O
ideEmpregador	infEvento	3	Informações de identificação do empregador	1-1	tpInscricao, nrInscricao	O
infoCargo	infEvento	3	Informações do cargo	1-1	-	O
inclusao	infoCargo	4	Inclusão de novas informações	0-1	-	OC
ideCargo	inclusao	5	Identificação do Cargo	1-1	codCargo, dtIniValidade, dtFimValidade	O
dadosCargo	inclusao	5	Informações do Cargo	1-1	-	O
alteracao	infoCargo	4	Alteração das informações	0-1	-	OC
ideCargo	alteracao	5	Informações de identificação do cargo	1-1	codCargo, dtIniValidade,	O

Principais impactos previstos nas rotinas da área:

- Forte tendência à **extinção dos arquivos físicos**;
- Maior **influência dos sistemas de folha de pagamento nas rotinas**;
- **Extinção de obrigações acessórias**, que serão substituídas pelo EFD Social (MANAD e GFIP, inicialmente);
- **Eliminar as distorções internas** com salários, funções, descanso de férias, marcação de ponto entre outras atividades;
- **Aumento da exposição de situações irregulares**, tornando mais célere a identificação de ilícitos trabalhistas, previdenciários e tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

O cronograma oficial do eSocial não foi publicado, mas a Receita Federal do Brasil divulgou o cronograma estimado:

(1ª Conferência eSocial realizada em 29/08/2013 e Grupo de Estudos Tributários da FIESP – eSocial: Uma nova era entre empregado, empregador e governo, realizado em 22/10/2013)

1. Suporte à geração do arquivo do eSocial:

- **Setembro/2013:** Qualificação do cadastro dos trabalhadores existentes nas empresas - consulta CPF e NIS (PIS/PASEP/NIT) e data de nascimento na base do sistema CNIS;
- **Novembro/2013:** Ambiente de qualificação cadastral dos trabalhadores;
- **A partir de Novembro/2013:** Ambiente de testes para conexão webservice e recepção dos eventos iniciais (pré-produção); Manual de especificação técnica do XML e conexão webservice;
- **A partir de Março/2014:** ambiente de testes para conexão webservice e recepção do cadastramento inicial dos trabalhadores;

2. Implementação para os contribuintes

- 120 dias após a publicação da regulamentação da EC 72/2013: Obrigatoriedade de postar a informação via eSocial – módulo **Empregador Doméstico**;
- Implantação do eSocial por fases para o primeiro grupo de empresas – empresas optantes pelo regime do **Lucro Real**:
até 30/6/2014 – cadastramento inicial;
até 30/7/2014 – envio dos eventos mensais de folha e apuração dos tributos;
a partir da competência 11/2014 – substituição da GFIP.
- Implantação do eSocial com recolhimento unificado – **Produtor Rural Pessoa Física e Pequeno Produtor Rural**:
até 30/4/2014 – cadastramento inicial;
até 30/5/2014 – envio dos eventos mensais de folha e apuração dos tributos;
a partir da competência 05/2014 – substituição da GFIP.
- Implantação do eSocial por fases para o segundo grupo de empresas – optantes pelo regime do **Lucro Presumido** e pelo **Simple Nacional**:
até 30/11/2014 – envio dos eventos mensais de folha e apuração de tributos.
a partir da competência 01/2015 – substituição da GFIP.
- **Entes Públicos e Associações de Fins Não Econômicos**:
até 30/1/2015 – cadastramento inicial;
até 30/1/2015 – envio dos eventos mensais de folha e apuração dos tributos;
a partir da competência 01/2015 – substituição da GFIP.

Preocupações em relação à adequação ao projeto eSocial:

- Disponibilização do cronograma muito próxima ao momento do início da obrigatoriedade;
- Qualidade das informações que armazenam em relação aos seus funcionários;
- Possibilidade de migração simples e imediata dos dados já presentes para o novo formato de sistema (integração dos dados de diversas origens);
- Mudanças nos sistemas das empresas (mudanças culturais, processos internos e governança);
- Periodicidade dos eventos (RET – Registro de Evento Trabalhista)

Necessidade de estabelecer novas rotinas de governança e compliance, de forma integrada, de forma que as empresas não deleguem a responsabilidade pelas informações do eSocial a uma única área da empresa.

Recursos Humanos - Medicina do Trabalho - Fiscal - Jurídica – Contábil - Tecnologia da Informação

Objetivo: manutenção da base de dados da empresa em ordem para que a comunicação das informações ao governo seja precisa e correta, com a manutenção do *compliance* da empresa.

Principais impactos e pontos problemáticos:

Pouco prazo para a customização dos sistemas da empresa “conversarem” com o eSocial: plataforma do eSocial ainda está em fase final de elaboração e portanto não foi disponibilizada para os contribuintes obrigados. O cronograma estimado prevê a implementação de alguns módulos do arquivo no início do primeiro semestre de 2014;

Necessidade de promover investimentos (inclusive para micro e pequenas empresas): a adequação de seus atuais sistemas de geração/armazenamento de informações e em treinamentos de todos os departamentos envolvidos (RH, TI, Segurança e Medicina do Trabalho, Fiscal, Contábil e Jurídico);

Natureza das informações:

- A destinação do saque dos recursos do FGTS?
- Classificação Internacional de Doenças (CID)?

Periodicidade e prazos dos eventos sujeitos a registro (RET – Registro de Evento Trabalhista): Prazos para Registro de Eventos Trabalhistas (RET) que podem estar dissociados dos fixados para cumprimento de obrigações trabalhistas ou previdenciárias;

Divergências de entendimento entre a Receita Federal do Brasil e o Poder Judiciário – Posição do Contribuinte:

- **Natureza das Verbas** pagas a título de aviso prévio indenizado, salário maternidade, salário paternidade, terço constitucional de férias, quinze dias de auxílio-doença, tributação das verbas decorrentes de sentença ou acordo trabalhista;

VERBAS INDENIZATÓRIAS. IMPOSTO DE RENDA. RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO. ART. 43 DO CTN INAPLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. VIOLAÇÃO AO ART. 128 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO AUSENTE. SÚMULA 282 DO STF. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. LIMITE IMPOSTO PELO INCISO V DO ART. 6º DA LEI 7.713/88. INAPLICABILIDADE. 1. A Primeira Seção deste Tribunal pacificou o entendimento de que as indenizações recebidas a título de licença-prêmio e férias não gozadas estão ao abrigo da incidência do imposto de renda, seguindo a orientação de que tais verbas não constituem acréscimos patrimoniais subsumidos na hipótese do art. 43 do CTN. [...] (REsp 709.696/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2005, DJ 29/08/2005, p. 308)

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO-MATERNIDADE. REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS GOZADAS. NATUREZA SALARIAL. INCIDÊNCIA. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. É pacífico no STJ o entendimento de que o salário-maternidade não tem natureza indenizatória, mas sim remuneratória, razão pela qual integra a base de cálculo da contribuição previdenciária. 2. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Saliente-se que não se discute, no apelo, a incidência da contribuição sobre o terço constitucional. 3. O valor pago ao trabalhador a título de aviso prévio indenizado, por não se destinar a retribuir o trabalho e possuir cunho indenizatório, não está sujeito à incidência da contribuição previdenciária sobre a folha de salários. Precedentes do STJ. 4. Agravos Regimentais não providos. (AgRg nos EDcl no AREsp 135.682/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 29/05/2012, DJe 14/06/2012)

Atendimento às regras do regime de competência e do regime de caixa:

- **Regime de Competência:** Regulamento da Previdência Social, art. 225, § 13, I: Atender ao princípio contábil do regime de competência.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. INCIDÊNCIA. REGIME DE COMPETÊNCIA. As empresas são obrigadas a obedecer ao regime de competência no lançamento contábil referente às contribuições previdenciárias. (DRFJ em Salvador, Acórdão 15-18901, de 09/04/2009)

REGIME DE COMPETÊNCIA. INOBSERVÂNCIA. O princípio da competência exige que as receitas, despesas e custos sejam atribuídos aos períodos de acordo com a real ocorrência dos mesmos. O desatendimento ao referido princípio demonstra o descumprimento de formalidades legais exigidas pela legislação. (DFRJ em Campinas, Acórdão nº 05-40409, de 26/03/2013)

- **Regime de Caixa:** Regulamento do Imposto de Renda, art. 38, parágrafo único:

RENDIMENTOS INFORMADOS EM DIRF DIVERGENTES DO QUE CONSTA EM GFIP. Os rendimentos pagos informados em **DIRF** discriminam o mês de pagamento e obedecem ao **regime de caixa**, enquanto a **contribuição previdenciária** segue o **regime de competência**, mas há possibilidade de pagamento de remuneração durante o mês corrente, (por exemplo no caso de conclusão da prestação do serviço antes do fim do mês), em cuja hipótese haverá coincidência do regime de caixa e de competência com a informação no mesmo mês, respectivamente na DIRF e na GFIP. (DFRJ em Campo Grande, Acórdão nº 04-30305 de 18/12/2012)

Ordem de preferência dos atestados médicos/odontológicos:

- Art. 6º, § 2º da Lei nº 605, de 1949, com redação dada pela Lei nº 2.761, de 1956:

“A doença será comprovada mediante atestado de médico da instituição da previdência social a que estiver filiado o empregado, e, na falta dêste e sucessivamente, de médico do Serviço Social do Comércio ou da Indústria; de médico da empresa ou por ela designado; de médico a serviço de representação federal, estadual ou municipal incumbido de assuntos de higiene ou de saúde pública; ou não existindo êstes, na localidade em que trabalhar, de médico de sua escolha.”

- 1) Previdência Social;
- 2) Serviço Social da Indústria (SESI);
- 3) Plano Coletivo Empresarial ou Serv./Depto. de Segurança e Saúde do Trabalho;
- 4) Sistema Único de Saúde (SUS);
- 5) Médico/Cirurgião Dentista particular.

- **Deixar de cumprir as obrigações acessórias** ou entregá-las com **com incorreções ou omissões**: intimado para cumpri-las ou para prestar esclarecimentos relativos a elas nos prazos estipulados pela RFB e sujeitar-se-á às seguintes multas:
 - R\$ **500,00 por mês-calendário ou fração**, relativamente às pessoas jurídicas que estiverem em início de atividade ou que sejam imunes ou isentas ou que, na última declaração apresentada, tenham apurado **lucro presumido** ou pelo **Simple Nacional**;
 - R\$ **1.500,00 por mês-calendário ou fração**, relativamente às **demais pessoas jurídicas**.
- **Não cumprimento à intimação da RFB** para cumprir obrigação acessória ou para prestar esclarecimentos nos prazos estipulados pela autoridade fiscal:
 - R\$ **500,00 por mês-calendário**;

Fund. Legal: art. 57 da Medida Provisória no 2.158-35/2001, com redação dada pela Lei nº 12.783/2013

Internet Explorer browser window showing the FIESP website (http://www.fiesp.com.br/).

Navigation bar: FIESP CIESP Sesi SENAI IRS. Social media links: Curtir (1,1 mil), Tweetar (134), +1 (+306).

Header: FIESP logo, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Search bar: Em todo site FIESP. Links: Sobre a FIESP, IRS, Sindicatos, Imprensa, Glossário, Perguntas Frequentes, Fale Conosco.

Menu: Áreas de atuação (Cultura, Educação, Esporte, Saúde), Agenda, Notícias, Serviços, **Índices, pesquisas e publicações** (highlighted), Cursos, Multimídia.

Left sidebar: 1 2 3 4 5 6 7 8. Economia.

Main content area:

- Entrevista: Para crescer, país precisa derrubar a burocracia, afirma Skaf em rádio do interior.
- Economia: Indústria deve encerrar 2013 com mais 15 mil empregos, mas não recupera perdas.
- Dados da indústria brasileira desde 1980 em um único documento.
- ICMS: Fiesp e Ciesp têm pleito atendido; alteração permite incluir novos débitos fiscais no PEP.

Footer: CALCULE SUA NOVA CONTA DE LUZ, FIESP logo, ENERGIA A PREÇO logo.



Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

X Localizar: 1.252

Anterior

Próximo

Opções

FIESP CIESP SESI SENAI IRS

f Curtir

1,1 mil

Tweeter

134

+1

+306

FIESP

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Sobre a FIESP

IRS

Sindicatos

Imprensa

Glossário

Perguntas Frequentes

Fale Conosco

Em todo site FIESP

Buscar

Áreas de atuação · Cultura · Educação · Esporte · Saúde

Agenda · Notícias · Serviços · Índices, pesquisas e publicações · Cursos · Multimídia

Portal Fiesp > Índices, pesquisas e publicações

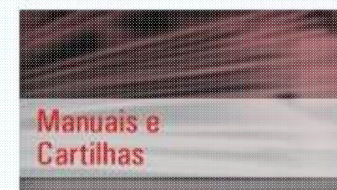
Índices, pesquisas e publicações

Selecione um tipo de material

Selecione o tema

Veja aqui a lista completa das publicações, estudos, pesquisas e índices divulgados pela Fiesp. Para agilizar a sua busca, utilize os menus drop-down logo acima - por Tipo de conteúdo ou por Tema.

Em destaque



Obrigado

Helcio Honda
Diretor titular

Oziel Estevão
Diretor adjunto

Alexandre Ramos
Gerente

Leandro de Paula Souza
Advogado

Correio eletrônico: cdejur@fiesp.org.br